



DUAS DÉCADAS DE TLCAN: A SOBERANIA ALIMENTAR DO MÉXICO SOB AMEAÇA

Lucas Gama Lima
Universidade Federal de Alagoas

Resumo

A mundialização da economia capitalista alavancou o processo de flexibilização das fronteiras e desregulamentação dos mecanismos de proteção da produção agrícola dos países periféricos. O Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) é resultado da inserção do México nessa economia mundializada e tem acarretado graves impactos para o espaço agrário mexicano, em especial, aos camponeses, a exemplo da piora da situação socioeconômica da população rural, oscilações frequentes nos preços de itens importantes da cesta básica alimentar e na mobilidade do trabalho rumo aos centros urbanos. Assim, considerando o debate em voga na sociedade mexicana sobre a possibilidade de revisão dos acordos celebrados na década de 1990, o presente artigo realiza um breve balanço de seus desdobramentos, identificando as contradições que ameaçam a soberania alimentar do México.

Palavras-chave: mundialização. TLCAN. soberania alimentar.

DOS DÉCADAS DE TLCAN: la soberanía alimentaria del México bajo amenaza

Resumen

La mundialización de la economía capitalista apalancó el proceso de flexibilización de las fronteras y desregulación de los mecanismos de protección de la producción agrícola de los países periféricos. El Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) es el resultado de la inserción de México en esta economía mundializada y ha producido graves impactos para el espacio agrario mexicano, en especial a los campesinos, a ejemplo del empeoramiento de la situación socioeconómica de la población rural, oscilaciones frecuentes en los precios de elementos importantes de la canasta básica de alimentos y en la movilidad del trabajo hacia los centros urbanos. Así, considerando el debate en boga en la sociedad mexicana sobre la posibilidad de revisión de los acuerdos celebrados en la década de 1990, el presente artículo realiza un breve balance de sus desdoblamientos, identificando las contradicciones que amenazan la soberanía alimentaria de México.

Palabras-clave: mundialización. TLCAN. soberanía alimentaria.

INTRODUÇÃO

A presente investigação destina-se a analisar os impactos do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) sobre a soberania e a segurança alimentar no México. O processo de mundialização do capital, consignado nas corporações empresariais monopólicas de atuação em escala mundial e no mercado financeiro, impactou o espaço agrário de vários países, especialmente, os periféricos, atentando sobre o direito secular dos povos camponeses do país à reprodução familiar autônoma em suas terras.

O advento do TLCAN, iniciado na última década do século XX, representou a flexibilização das fronteiras para a mobilidade de capitais em direção ao espaço agrário mexicano e para o controle da distribuição e circulação de gêneros agrícolas consumidos no país, a exemplo do milho. Os desdobramentos dessa medida de cunho neoliberal têm se materializado por meio das oscilações frequentes dos preços de itens da cesta básica alimentar mexicana, no desmantelamento dos órgãos estatais de concessão de crédito às comunidades camponesas, no empobrecimento das comunidades rurais, na intensa mobilidade do trabalho em direção aos centros urbanos e num ainda incipiente, porém perigoso, mercado fundiário.

Em meio ao debate em curso na sociedade mexicana acerca da possível revisão dos termos do acordo vigente, o presente artigo é de suma relevância para realização de um breve balanço do TLCAN e de suas implicações no campo mexicano, suscitando uma reflexão orientada a perscrutar as contradições subjacentes ao modelo neoliberal.

Nesse sentido, por meio de uma análise dialética, busca-se investigar as contradições que subjazem a inserção do México como plataforma de valorização do capital. Trata-se de uma investigação de base teórica, resultante do levantamento de dados secundários e informações de autores da Geografia e de outras áreas das Ciências Humanas com o objetivo de deslindar os perigos que se avolumam no campo mexicano desde seu ingresso no TLCAN.

A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL É UM ATENTADO À SOBERANIA ALIMENTAR

Os últimos decênios do século XX assinalam o processo de mundialização do capital, instado pelo recrudescimento da concentração e centralização de capitais na forma de empresas monopolistas ou oligopolistas, pela financeirização da economia mundial e pela (des)regulamentação das fronteiras nacionais. Interessamos observar, em linhas gerais, essa última dimensão.

A decisão unilateral pelo encerramento do acordo de Bretton Woods, protagonizada pelos Estados Unidos, apenas formalizou um processo já em andamento em meados da década de 1970, qual seja, a alavancagem financeira associada à imperiosa necessidade de deslocamentos espaciais do capital. A estrutura relativamente restrita de Bretton Woods impunha limites à reprodução ampliada do capital, além de dificultar sua mobilidade espacial enquanto momento singular de dissipação de contradições.

No tocante ao campo, as corporações empresariais monopólicas ou oligopólicas alteraram sua estratégia de atuação: continuaram a inundar o mundo de produtos agrícolas, mas descartaram a produtividade de outrora, da Revolução Verde. A financeirização da economia mundial transformou parte da produção mundial de alimentos em mercadorias *commodities*, a saber, mercadorias cujos preços são definidos em escala mundial, na Bolsa de Mercados e Futuros, e destinadas às demandas mais lucrativas, em detrimento da soberania e da segurança alimentar. Por conseguinte, a conversão de alimentos em *commodities* contribuiu para criar uma escassez relativa dos mesmos, uma vez que, comandado pela lógica especulativa do capital, o cultivo de cereais e oleaginosas nem sempre se destina ao atendimento das necessidades alimentares humanas, sendo também demandado pela pecuária e pela produção de biocombustíveis, priorizando sempre os ciclos mais curtos de valorização do capital.

[...] por primera vez en casi 40 años, la humanidad consume más potenciales alimentos de los que cosecha, los inventarios de cereales y oleaginosas se reducen, las transnacionales especulan con el hambre y los precios de la comida se disparan. Aún hay comida suficiente y si fuera bien distribuida alcanzaría para alimentar a todos adecuadamente, pero con los patrones de consumo actuales la escasez es un hecho y llegó para quedarse (BARTRA, 2008, p. 16; 17).

Os Estados Unidos foram os principais artífices desse processo, que somente teve êxito em razão da adesão dos Estados nacionais da periferia do capitalismo às assertivas neoliberais, os quais (des)regulamentaram as fronteiras nacionais e autorizaram o ingresso massivo de gêneros agrícolas importados.

Sem a intervenção política dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Vale ressaltar que, não obstante a narrativa empregada pelos Estados Unidos em nome do livre-comércio e contra o suposto “controle excessivo” do Estado, sua agricultura seguiu fortemente subsidiada com recursos do governo federal, a exemplo do trigo, estabelecido com preço minorado em 45% do custo médio e do

milho, minorado em 25% do custo médio (Rubio, 2015). Dessa maneira, a instabilidade de preços das commodities não acometeram os agricultores norte-americanos, que sustentam seus preços agrícolas mediante vultosas quantias provenientes do Estado.

Os camponeses dos países periféricos foram atingidos em cheio com a (des)regulamentação das fronteiras nacionais de seus países, ocasionando o empobrecimento das famílias e acentuando a mobilidade espacial do trabalho.

Muchos de los que sufren pobreza y hambre en el mundo son pequeños campesinos en los países en desarrollo, aunque tienen el potencial para cubrir parte de sus necesidades, ello no es suficiente para garantizar su alimentación ante un sistema cada día más mercantilizado que los excluye como productores. En tiempos de globalización y neoliberalismo el campesinado latinoamericano y de otras partes del planeta, ha tratado de ser despojado de su razón de ser, a través de su condición de productores y receptores de políticas públicas y el reconocimiento social (MIGUEZ; TORIZ, 2016, p. 70).

As economias dessas nações periféricas, em particular, do México, tornaram-se mais vulneráveis às oscilações dos preços internacionais dos gêneros agrícolas, transformados agora em *commodities*, elevando o custo de vida da população e consolidando uma dependência agroalimentar. O TLCAN, portanto, se inscreve como um dos instrumentos derivados do processo de mundialização do capital, afeiçoado pelos Estados Unidos na América do Norte, que tem sujeitado o espaço agrário mexicano à reprodução ampliada do capital em escala mundial.

O TLCAN COMO PRODUTO DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: AMEAÇA A SOBERANIA ALIMENTAR MEXICANA

O México foi palco da primeira revolução do século XX, ocorrida no ano de 1917. Fruto desse episódio histórico e político de notável relevância, foi realizada uma reforma agrária que conferiu aos camponeses a posse e domínio de metade do território mexicano, através dos ejidos e propriedades comunais¹. A outra metade destinou-se aos bosques e pastos e ao setor privado-empresarial. “El reparto agrario efectuado entre 1917 y 1992 puso en manos de ejidos y comunidades agrarias más del 50% del territorio nacional” (MACKINLAY, 2008, p. 165).

Apesar da previsão constitucional de existência de parcelas de terras com fins comerciais, o Estado impôs limites territoriais à propriedade privada da terra, bem como a proibição de involucrar-se em um mercado fundiário, assegurando a ocupação das terras pelas famílias camponesas para a produção de alimentos e como resgate histórico e cultural dos povos originários do país.

A revolução mexicana, ocorrida há um século, obteve duas conquistas impensáveis para sua época e de enorme atualidade: a *recampesinização* do meio rural, como resultado do desmembramento dos latifúndios, e o resgate e a reinvenção da matriz cultural centro-americana, que devolveu a terra aos povos indígenas ao reconhecer o direito a suas propriedades ancestrais. Fez-se assim justiça, revalorizando a pequena propriedade (o tamanho médio das parcelas agrícolas é de 9 hectares por família, além do direito de acesso às áreas comuais de cerca de 25 hectares) e renovando uma cultura que há pelo menos 9 mil anos promove um processo de interação com os recursos naturais (TOLEDO, 2010, p. 41).

Desse modo, durante décadas, as grandes corporações radicadas no México ou estrangeiras foram impedidas de se territorializar ou de lucrar com a renda capitalizada da terra. Ademais, o México contava com uma fonte própria de abastecimento interno, derivada majoritariamente da produção camponesa, que conferia à importação de alimentos uma proporção menor da oferta total.

[...] existían aranceles a la importación de alimentos, por lo que la producción nacional se encontraba “protegida” de la competencia internacional. En consecuencia, a pesar de la necesidad externa de alimentos, la producción nacional era la base principal de la oferta alimentaria para la población (RUBIO, 2015, p. 56).

Esse quadro começou a se alterar desde a emergência de governos neoliberais no país nas décadas de 1980/90 e a inscrição do México no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), em 1994, não obstante a forte resistência dos movimentos sociaisⁱⁱ. Sylveira (2003) explica que as contrarreformas no campo mexicano podem ser divididas em duas gerações. A primeira geração tem início no ano de 1982, em razão do Consenso de Washington, onde são liberados os preços dos insumos agrícolas e máquinas, reduzidos os subsídios governamentais para apoio, investigação e assistência técnica na agricultura, além de deflagrada a abertura da economia nacional para a importação de alimentos. A segunda geração tem início com a assunção do presidente Carlos Salinas de Gortari (1988/1994) que: a) autoriza a aquisição das terras presentes nos ejidos por companhias empresariais; b) assina o TLCAN e; c) diminui o orçamento destinado à agropecuária.

As contrareformas deformaram o conhecido artigo 27 da secular Constituição Mexicana e propiciaram, de forma inédita, a emergência de um mercado de terras e a possibilidade de territorialização de grandes corporações capitalistas no campo mexicano. Foram extintas ou privatizadas várias agências públicas de fomento e cessada a continuidade da reforma agráriaⁱⁱⁱ.

Saxe-Fernandez; Delgado-Ramos (2004) afirmam que o Banco Mundial interveio diretamente para que a mudança no simbólico artigo 27 da Constituição Mexicana ocorresse. O objetivo era fragilizar os ejidos, propiciando a sua divisão e/ou transformação em propriedades privadas.

La intención fundamental de los prestamos agrícolas del BM fue inducir la apertura de la tierra ejidal a capitales “nacionales y/o extranjeros”; aspecto nodal y socialmente explosivo de su programa para la “modernización” rural aplicado por el gobierno de Salinas (Ibid, p. 39).

Ressalta-se que apesar da liberalização da compra/venda da terra, a estrutura fundiária não se alterou drasticamente. As propriedades agrárias de famílias camponesas seguem sendo a esmagadora maioria, em detrimento das propriedades empresariais, cujo percentual – apesar de crescente, ainda é pouco significativo. A tendência, porém, aponta para uma maior pressão sobre as terras ejidais e comunais para convertê-las em propriedades com fins capitalistas.

Al no existir prácticamente barreras para la acumulación de tierras privadas y pocas barreras para la acumulación de tierras ejidales, es muy probable que se demuestre en el futuro que los pequeños productores han disminuidos considerablemente, mientras que un relativamente reducido número de grandes productores y asociaciones agroindustriales están ocupando, a través de la compra o renta de la tierra, las mejores tierras agrícolas y ganaderas del país. Los campesinos que permanecen son por lo general personas adultas que no pueden emigrar y que muchas veces subsidian sus procesos productivos con remesas. El relevo generacional está en duda, ya que los campesinos más jóvenes prefieren buscar alternativas en otros sectores de la economía o en el exterior (MACKINLEY, 2008, p. 191).

Seguramente, em mais de duas décadas de vigência, os maiores rebatimentos dos acordos do TLCAN — referem-se à extinção de barreiras alfandegárias contra os

produtos estrangeiros, que tem vulnerabilizado a produção interna de inúmeros itens da cesta alimentar básica da população mexicana. Rubio (2015) analisa que o ingresso do México no TLCAN, correspondente à segunda fase neoliberal, foi mais danosa ao campo que a primeira, ocorrida em 1980, haja vista que nela passaram a ser varridas, por etapas, as tarifas alfandegárias de proteção aos cultivos básicos nacionais e, conseqüentemente, impulsionando num patamar sem paralelo na história a importação de alimentos dos outros países membros do Bloco, em especial, dos Estados Unidos.

La situación cambió radicalmente con la firma del Tratado de Libre Comercio con Estados Unidos y Canadá en 1994, pues a partir de entonces se liberaron gradualmente los aranceles de los cultivos básicos, hasta llegar en 2008 a la apertura total del mercado y con ello, a la supeditación cabal de nuestra agricultura a las estrategias de expansión comercial de Estados Unidos. Desde entonces, se consolidó una dependencia estructural de granos básicos hasta llegar a importar en 2013, el 93% de la soya consumida en el país, el 83% del arroz, el 64% del trigo y el 31% del maíz (Ibid, p. 56).

Mendonza (2012) explica que a oferta de alimentos no México nas últimas décadas tem seguido duas rotas complementares. A primeira refere-se aos alimentos importados dos EUA, com preços subsidiados pelo seu governo que mantem-se abaixo dos custos médios de produção no campo mexicano. A segunda está relacionada às ações deliberadas do Estado mexicano para catapultar a formação de um seletivo grupo de grandes produtores de grãos, dedicados ao cultivo de restritas variedades, que abocanham a esmagadora maioria dos créditos governamentais. Estes estão concentrados espacialmente na parte central e noroeste do país.

Los grandes productores comerciales del noroeste y el centro del país, son los que cultivan con riego; y aunque el agua está sobreexplotada y escasea, han recibido la mayor parte de los subsidios públicos al agro, como los apoyos a la comercialización, los subsidios al uso del diesel, así como el Procampo capitalizable (MÍGUEZ, 2013, p. 234).

Os camponeses foram alijados das ações do Estado mexicano para o campo, que passou a trata-los como alvo de políticas compensatórias, essencialmente focalistas. Privados de crédito para a produção (cerca de 90% dos camponeses não tem acesso ao mesmo) restaram aos camponeses recursos destinados a

mitigar a pobreza, uma vez que os programas voltados à produtividade agrícola tornaram-se mais enxutos e com alcance reduzido. Como consequência, tem-se verificado uma diminuição da superfície plantada e da quantidade de produtos agrícolas colhidos.

De 1990 a 2007 la superficie cosechada de arroz cayó 34 453 hectáreas mientras que la producción bajó 99 691 toneladas. En el caso del trigo la superficie cayó 241 084 hectáreas, mientras la producción se redujo en 415 542 toneladas. En el frijol la superficie cosechada cayó 604 776 hectáreas mientras la producción declinó 293 411 toneladas (RUBIO, 2015, p. 57).

Tem-se verificado igualmente um empobrecimento das unidades familiares, que potencializa a mobilidade do trabalho^v, especialmente dos jovens, em direção às áreas urbanas, desestruturando a economia agrária camponesa e contribuindo para o processo *acaparamiento* das terras pelo capital. “Como resultado del TLCAN [...], México ha ido cediendo su derecho a implementar su política agroalimentaria de manera soberana” (SILVEYRA, 2011, p. 21).

Lujano (2015) considera gravíssima a situação do campo mexicano, que possui em torno de 26 milhões de habitantes e conta com 70% desse total inscritos em uma situação de pobreza. Ele afirma que, como mais da metade das propriedades no campo são formadas por minifúndios, a ausência de políticas públicas aprofunda o empobrecimento.

Assim, a mundialização do capital, plasmada no TLCAN, tem arrebatado o campo mexicano e convertido a produção agrícola e as políticas agrárias/agrícolas adotadas pelo Estado como plataforma para a valorização do capital, como acontece em boa parte da América Latina, guardadas suas singularidades. Dentre os efeitos das injunções da dinâmica nefasta do agronegócio mundial, nos preços dos alimentos do México, vale uma breve análise da situação do milho, matéria prima usada na fabricação das *tortillas*^v no país.

Decorrente da liberalização do preço do milho, extinção da Conasupo e forte concorrência com a produção norte-americana, muitos camponeses passaram a cultivar o milho somente para o autoconsumo ou se arruinaram economicamente, diminuindo drasticamente os cultivos na agricultura de sequeiro, ou seja, a agricultura sem irrigação permanente.

El resultado de esa liberación comercial significó el aumento drástico de las importaciones, dada la reducción de los aranceles sobre granos básicos baratos, contra los que los campesinos no han podido competir (SAXE-FERNANDEZ; DELGADO-RAMOS, 2004, p. 40).

Isto galvanizou o já presente processo de mobilidade do trabalho e deu margem ao aparecimento de uma incipiente produção empresarial no campo mexicano, com alta tecnificação, que tem se destacado no atendimento parcial da demanda de *tortilla* na área urbana e rural. Desde o advento do TLCAN firmou-se um distrito irrigado de agricultura empresarial em Sinaloa, com vultosos apoios creditícios do Estado mexicano, que tem se especializado na oferta de milho branco, desbancando as regiões tradicionalmente ocupadas pela produção camponesa do cereal.

Hoy las grandes extensiones de los distritos de riego de Sinaloa son el “granero/maicero” que abastece el maíz para las tortillas de la población urbana del país. Contribuye con 25 por ciento de la oferta nacional, y se estima que con la mitad del maíz comercializado. Antes de las reformas a la política agropecuaria, no era así. El maíz que se comercializaba venía principalmente de Jalisco, Chiapas e Estado de México (el 39 por ciento de la producción en promedio, entre 1985 y 1989). Sinaloa sólo contribuyó con 6.9 por ciento en el mismo período (APPENDINI, 2013, s/n).

Da década de 1990 a 2007 o preço do milho esteve abaixo do custo de produção das unidades familiares no campo mexicano, fruto de um deliberado *dumping* praticado pelos produtores norte-americanos. O resultado disso foi um drástico aumento da importação do cereal frente à produção nacional. Além disso, as corporações transnacionais, situadas nas atividades de distribuição e circulação no México se aproveitaram dos baixos preços para armazenar parte da produção para especulações futuras^{vi}.

De 1990 a 2008, la oferta total de maíz ha aumentado hasta 33 millones de toneladas (79 por ciento) con base tanto en la producción nacional como en las importaciones. Estas crecieron en 122 por ciento frente a 66,7 por ciento de la producción nacional, y representan 27 por ciento de la oferta total (en 1990 era 21,9 por ciento) (APPENDINI; QUIJADA, 2013, p. 123).

Com a decisão do governo norte-americano em produzir etanol para fazer frente ao majorado preço do barril de petróleo, se diminuiu a oferta de milho no mercado mundial, elevando rapidamente o seu preço. Em 2008, o México como grande importador desse cereal se viu às voltas com a inflação do principal item

do cardápio de sua população, que, por conseguinte, resultou na majoração dos preços das *tortillas*.

La repercusión directa que tuvo México el aumento del precio del maíz en el mercado mundial fue elevar el precio de la tortilla que llegó a venderse en algunos estados a 30 pesos el kilo, por lo que el presidente Felipe Calderón estableció un máximo al precio de la tortilla (CHAUVET; AGUIRRE, 2013, p. 98; 99).

Pode-se concluir que, não obstante o campo mexicano continue sendo composto por uma significativa presença de camponeses e de uma estrutura agrária fincada historicamente nos ejidos e na propriedade comunal, a voracidade interminável do capital, inscrita em uma acumulação mundializada, tem sistematicamente atentado contra o legado da Revolução de 1917.

Há muitas transnacionais ligadas ao agronegócio instaladas no controle de parte expressiva do processo de distribuição e circulação, capturando a renda da terra e interferindo nas oscilações dos preços. Torna-se cada vez mais evidente que a dinâmica escalar de acumulação mundializada do capital promove ingerências sobre essa estrutura agrária, que pode provocar o agravamento da expropriação primária, empobrecimento das famílias camponesas e crises alimentares frequentes no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inscrição do México no Bloco Econômico da América do Norte, em 1994, e, conseqüentemente, a alteração do Capítulo Agrário de sua Constituição, faz parte da inserção do país no ciclo mundializado de acumulação de capitais.

Embora a resistência dos camponeses seja notável, os efeitos das contrarreformas salinistas e do TLCAN já podem ser mensurados: flexibilização das fronteiras para a mobilidade do capital, emergência de um (ainda) irrisório, todavia, perigoso mercado de terras, privatização de ativos do Estado e pactuação de uma liberalização de produtos e serviços, que têm adentrado o território mexicano, ameaçando as terras camponesas, como também, a soberania e a segurança alimentar.

Em suma, a ofensiva do capital mundializado compreende um processo de territorialização e monopolização, sob o apoio do Estado nacional, que se avoluma incessantemente, pondo o legado da Revolução de 1917 em risco iminente.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, R. L. G. La biotecnología agrícola en México: efectos de la propiedad intelectual y la bioseguridad. Ciudad de México: UAM- Xochimilco, 2004.

APPENDINI, K. El TLCAN y el maíz: una reflexión a 20 años. La Jornada del campo, n. 74, 2013. Disponível em <http://www.jornada.unam.mx/2013/11/16/cam-maiz.html> Acesso em: 03/09/2017.

APPENDINI, K.; QUIJADA, M. G. La crisis alimentaria y su impacto en Mexico: el maíz. Pp. 119-149. In: RUBIO, B. (Org). La crisis alimentaria mundial: impacto sobre el campo mexicano. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM; Miguel Ángel Porrúa, 2013.

BARRAGÁN, D. El campo mexicano en ruínas por el TLCAN aguarda el tiro de gracia con el TTP, alertan. 2015. Disponível em: <http://www.sinembargo.mx/13-10-2015/1513458>

BARTRA, A. Fim de fiesta: el fantasma del hambre recorre el mundo. In: Revista Argumentos, ano 21, n. 57, pp. 15-31. Cidade do México: UAM-Xochimilco, 2008.

CÉSPEDES, J. N. Urge sacar al campo mexicano del TLCAN. 2017. Disponível em: <http://ljz.mx/2017/07/27/urge-sacar-al-campo-mexicano-del-tlcan/> Acesso em 03/09/2017.

CHAUVET, M.; AGUIRRE, R. L. G. La crisis alimentaria y los biocombustibles en Mexico. Pp. 85-117. In: RUBIO, B. (Org). La crisis alimentaria mundial: impacto sobre el campo mexicano. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM; Miguel Ángel Porrúa, 2013.

LUJANO, J. A. L. En la asignación de recursos públicos se excluye y margina a los campesinos. La Jornada del campo, n. 90, 2015. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2015/03/21/cam-recursos.html> Acesso: 03/09/2017.

MACKINLEY, H. Pequeños productores y agronegocios en México: una retrospectiva histórica. Tendencias de expansión y operación de los agronegocios a principios del siglo 21. Pp. 165-194. In: FERNANDES, B. M. (Org). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDONZA, G. C. y. Apuntes para una estrategia de soberanía alimentaria. In: MORENO, M. d. C. H.; TORRES, J. M. M. (Org). Alimentación contemporánea: un paradigma en crisis y respuestas alternativas. Ciudad de México: Clave Editorial, 2012.

MÍGUEZ, S. E. R. Crisis en el sector agroalimentario. In: BÉJAR, A. Á.; DAZA, G. S. (Coord). La crisis mundial y sus efectos en México: analisis sectoriales y regionales. Puebla: BUAP; Editorial Itaca, 2013. Pp. 219-240.

MÍGUEZ, S. E. R.; TORÍZ, R. V. Lo alimentario como parte de la crisis global. In: ESTAY, J. (Org). La economía mundial y América Latina, ante la continuidad de la crisis global. Puebla: BUAP; CLACSO, 2016.

RUBIO, B. La crisis alimentaria en el corazón de la crisis capitalista mundial. Pp. 11-48. In: RUBIO, B. (Org). La crisis alimentaria mundial: impacto sobre el campo mexicano. Ciudad de México: Miguel Angel Porrúa, 2013.

_____. La soberanía alimentaria em México: una asignatura pendiente. In: Revista Mundo Siglo XXI, número 36, v. X, p. 55-70, Ciudad de México: Ciecás-IPN, 2015.

SAXE-FERNANDÉZ, J.; DELGADO-RAMOS, G. C. Imperialismo y banco mundial. Madrid: Editorial Popular, 2004.

SYLVEIRA, V. M. Q. Crisis y soberanía alimentaria. In: MARTÍNEZ, A. C. La continuidad de la discusión sobre soberanía alimentaria y economía del sector agropecuario en México. Ciudad Juárez: Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, 2011.

_____. Por qué el campo no aguanta más. Chihuahua: Instituto de Ciencias Sociales e Administración, 2003.

TOLEDO, V. M. T. As experiências agroecológicas do México: uma visão geopolítica. In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v. 7, n.1. Rio de Janeiro: ASPTA, março de 2010.

Contato com o autor: Lucas Gama Lima <lucasaelima@yahoo.com.br>

Recebido em: 26/09/2017

Aprovado em: 23/10/2017

ⁱ Conforme explica Toledo (2010) os ejidos e as comunidades estão sobre os estados com a maior diversidade biológica do país, o que faz do México o país com a maior porcentagem de florestas e matas sob o manejo campesino do mundo.

ⁱⁱ O levante do Exército Nacional de Libertação Zapatista (EZLN), em 1994, em Chiapas (parte sul do México), foi um dos mais emblemáticos movimentos de resistência aos acordos.

ⁱⁱⁱ A Companhia Nacional de Subsistências Populares (CONASUPO), empresa pública mexicana criada em 1961 e extinta em decorrência da política neoliberal, era responsável por assegurar a compra e regulação de preços de variados itens da cesta básica do país.

^{iv} Segundo Barragán (2015) três milhões de camponeses mexicanos deixaram a produção de alimentos desde o advento do TLCAN. Conforme Céspedes (2017) a mobilidade da população rural mexicana alcança a estarrecedora cifra de 300 mil pessoas por ano, em condições degradantes.

^v México es el centro de origen, diversidad y domesticación del maíz, los parientes silvestres de este cultivo se encuentran distribuidos en diferentes zonas del país; además, la tortilla de maíz es la base de la alimentación del pueblo mexicano (AGUIRRE, 2004, p. 188).

^{vi} Rubio (2013) explica que 4 empresas (Maseca, Cargill, Minsa, ADM) controlam 66% da oferta do milho no México.